



CURSO DE BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Aprovado pela Comissão Provisória de implantação da UERR - Parecer nº. 031/2006 e Resolução nº. 031 de 06/06/2006, publicada no DOE nº. 355 de 14/06/2006. Aprovação convalidada pela Resolução Nº. 001/2006 – CONUNI de 20/09/2006, DOE Nº. 429 de 02/10/2006. Alterações aprovadas pelo CONUNI: Resolução nº. 043 de 29/09/2008, DOE nº. 918 de 06/10/2008 e Parecer nº. 021/2008, DOE nº. 907 de 19/09/2008. Reformulação do projeto aprovada pelo CONUNI com o Parecer nº. 003/2017 e Resolução nº. 003 de 01/02/2017, publicada no DOE nº. 2936 de 02/02/2017.

BOA VISTA-RR

Novembro 2016

Governadora do Estado de Roraima

Maria Suely Silva Campos

Secretário de Estado da Educação

Emanuel Alves de Moura

Reitor

Regys Odlare Lima de Freitas

Vice-Reitor

Elemar Kleber Favreto

Pró-Reitor de Ensino e Graduação

Sergio Mateus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Carlos Alberto Borges da Silva

Pró-Reitora de Extensão

André Faria Russo

Pró-Reitor de Gestão Logística e Financeira

Mariano Terço de Melo

Pró-Reitora de Desenvolvimento Social

Enia Maria Ferst

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Nome do Curso

Curso de Bacharelado em Segurança Pública

1.2 Grau Conferido

Bacharel

1.3 Titulação Profissional

Bacharel em Segurança Pública

1.4 Modalidade de Ensino

Presencial

1.5 Data de Publicação do Ato de Criação do Curso

14 de junho de 2006

1.6 Ato de Criação do Curso

Resolução 031 de 06 de junho de 2006

1.7 Carga Horária Total do Curso

2.510h/a

1.8 Carga Horária das Atividades Complementares

200 horas

1.9 Carga Horária do Estágio

360 horas

1.10 Duração do Curso (semestre/ano)

Sete (07) semestres/3 anos e meio

1.11 Período de Integralização do Curso

No mínimo 7 no máximo 11 semestre

1.12 Número de Vagas (semestre/ano)

35 vagas/ano

1.13 Turno de Funcionamento do Curso

Vespertino e Noturno

1.14 Local

Campus de Boa Vista

1.15 Forma de Ingresso

Processo Seletivo Vestibular

1.16 Data de início do curso

2006

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PROJETO

Coordenador do Curso: Têdeles Antônio Alves Barros

Caroline Coelho Cattaneo

Ketiane da Costa Guerreiro

Francisco Robson Bessa Queiroz

Têdeles Antônio Alves Barros

SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA	8
2. CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS	8
3. OBJETIVOS	9
3.1 Objetivo Geral	9
3.2 Objetivos Específicos	9
4. PERFIL DO EGRESSO.....	10
4.1 Acompanhamento do Egresso	10
5. ÁREA DE ATUAÇÃO.....	10
5.1 Competências e habilidades.....	11
6. PRÁTICA DOCENTE	12
6.1- Interdisciplinaridades no curso de Bacharelado em Segurança Pública	12
7. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR.....	13
7.1 Núcleo de Disciplinas Comuns a todos os cursos da UERR.....	13
7.2. Núcleo de disciplinas específicas do curso de Bacharelado em Segurança Pública	13
7.3 Estágio supervisionado	14
7.5 Atividades complementares.....	15
7.6 Trabalho de Conclusão de Curso	15
8. AVALIAÇÃO.....	16
8.1 Avaliação do Curso	17
8.2 Avaliação do Plano de Curso	18
8.3 Avaliação das Estratégias de Ensino.....	18
8.4 Avaliação da Prática Docente	18
9. COLEGIADO DE CURSO.....	19
9. 1 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	19
10. JUBILAMENTO DE DISCENTES	19
11 NIVELAMENTO ACADÊMICO	20
12. QUADRO DOCENTE.....	21
13 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SEGURANÇA PÚBLICA	21
14. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	23
15. BIBLIOGRAFIA DO PROJETO.....	50

APRESENTAÇÃO

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (Gadotti, 2001).

A discussão do papel de qualquer organização, obrigatoriamente, inicia por intermédio de sua construção histórica. No caso das forças policiais brasileiras, os historiadores tendem a privilegiar como marco inicial a chegada da família real portuguesa. Para garantir a ordem pública e os mandos da comitiva real os portugueses trouxeram de Lisboa, em 1762, a Intendência Geral de Polícia, que posteriormente serviu de berço do Gabinete de Intendência do Rio de Janeiro, estabelecida em 1808.

O Código de Processo Criminal constituído em 1830 (revisto em 1832 e 1841) substituiu o Intendente Geral pelo Chefe de Polícia, criando no Rio de Janeiro e em cada Província, os cargos de delegado e subdelegado, com atribuições no campo policial e criminal. A Polícia fora dividida em administrativa e judiciária; à primeira, além das funções a cargo das Câmaras Municipais, como manutenção da limpeza, da higiene e da assistência pública, coube:

O reconhecimento dos suspeitos; a repressão dos ébrios, vadios, vagabundos, mendigos turbulentos, prostitutas escandalosas e outros indivíduos perigosos, aos quais pode ser imposta a obrigação de assinar os termos de bem viver e segurança, evitar ajuntamentos ilícitos e vigiar as sociedades secretas; inspecionar os teatros, espetáculos e divertimentos públicos, formar os relatórios gerais e especiais, assim como estatística policial e criminal, julgar as contravenções às posturas das Câmaras Municipais; vigiar sobretudo o que diz respeito à prevenção dos delitos e manutenção da ordem e tranquilidade pública. (CPCrim 1844).

Ficando a cargo da Polícia Judiciária:

Proceder a corpo de delito; prender os culpados; conceder mandados de busca e apreensão; julgar os crimes a que não esteja imposta pena maior que multa de até cem mil réis, prisão, degredo ou desterro, até seis meses com multa correspondente à metade deste tempo ou sem ela e três meses em casas de correção ou oficinas públicas. (CPCrim 1844)

As atribuições e competências das referidas corporações demonstram claramente a doutrina política e constitucional de cada período histórico, o que ocorre até os dias atuais.

As Polícias em geral, contudo, continuam a se confundir no tocante às suas atividades, basta uma singela reflexão para constatar a continuidade de alguns traços e conteúdos do passado que ainda vigoram nas instituições ditas preventivas e repressoras do Estado. Programam, em cada esquina, a imposição coercitiva das regras de regulação de comportamentos que garantem uma ordem social e reduzem o risco da violência.

De qualquer sorte, tanto a Polícia Militar quanto as Polícias Civis precisam de mecanismos que visem encontrar propostas de soluções através do ensino, da pesquisa e da extensão que possibilitem a execução de suas respectivas funções.

Nesse raciocínio, a Universidade Estadual de Roraima (UERR) visa subsidiar, com competências e habilidades, os estudiosos da área de Segurança Pública, policiais ou não, em busca de soluções acadêmicas e propostas concretas para a redução da criminalidade em todas as suas modalidades.

1. JUSTIFICATIVA

Atualmente tem aumentado o estudo aprofundado sobre o papel da Segurança Pública no Brasil e no Estado de Roraima. Estudiosos têm atribuído o crescimento da violência e as causas sociais como um dos principais vetores da violência urbana. A necessária e imediata mudança do perfil dos profissionais da área de segurança pública tem sido um desafio constante para o Sistema de Segurança Pública do Estado que, cansado de ver uma abordagem policial opressiva, reclama uma nova filosofia de policiamento, onde o policial atue como um mediador de conflitos por meio do estudo, da pesquisa e da extensão.

Autoridades discutem em torno do aumento do número de policiais e de viaturas como proposta para reduzir à marginalidade e à violência. Mas, possivelmente, esses fatores compõem um rol de procedimentos complexos que se descortinam na formação do perfil profissiográfico, tanto do policial quanto do cidadão, na busca de soluções reais e oportunas para reduzir a criminalidade que assola toda comunidade.

Para Bayley & Skolnick (2001, p. 18), ao enumerarem as soluções propostas em diversas pesquisas no campo da Segurança Pública, o aumento do número de policiais não reduz necessariamente o índice de criminalidade nem eleva a proporção de crimes solucionados e acrescenta:

Pode-se dizer o mesmo com relação ao aumento da participação da polícia no orçamento. O máximo que se poderia dizer é que, se não existissem policiais, haveria mais crimes, todavia, assim que se atinge um limiar de cobertura, que nos Estados Unidos deve ter sido ultrapassado há muito tempo, os aumentos de dinheiro e pessoal deixam de ter eficácia. As variações tanto no índice de criminalidade como na taxa de esclarecimento de crimes podem ser melhor (*sic*) previstas pelas condições sociais, como renda, desemprego, população, distribuição de renda e heterogeneidade social. Aprendemos que não se pode simplesmente jogar dinheiro na aplicação da lei e esperar resultados proporcionais.

Na guisa desse raciocínio e na pretensão de desenvolvimento do Estado nasce o Curso de Segurança Pública na recém-criada UERR, oportunizando ao mundo acadêmico discutir os métodos, as formas e possibilidades de compreender o problema da segurança pública, por intermédio de estudos acadêmicos, sugerindo propostas de soluções para transformar o perfil do policial opressor em policial mediador de soluções.

Tal transformação torna-se possível com formação de profissionais de Segurança Pública providos de conhecimentos teórico-metodológicos a fim de estabelecer o entrelaçamento entre o Estado-Governo e o Estado-Sociedade, na busca harmoniosa de políticas públicas de redução da violência e da criminalidade de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e participativa.

2. CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS

O curso de Bacharelado em Segurança Pública almeja formar profissionais que atuem na área de segurança pública, e privada visando à socialização de conhecimento,

Reformulação do projeto aprovada pelo Parecer nº. 003/2017, Resolução nº. 003 de 01/02/2017, publicada no DOE nº. 2936 de 02/02/2017.

educação e valoração dos operadores dos órgãos da segurança pública. O Curso possui 1.950 (mil novecentas e cinquenta) horas-aulas distribuídas ao longo de trinta e duas disciplinas a serem ofertadas no período de sete semestres.

A concepção do Curso é apresentar à sociedade roraimense uma gama de profissionais qualificados para atuarem na eficácia das atribuições institucionais dos órgãos de Segurança Pública, Segurança Privada e Defesa Civil, além de prepará-los para exercer tão importante papel em todo o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado.

A formação do Bacharel em Segurança Pública pautar-se-á na filosofia doutrinária dos Direitos Humanos e na resolução de problemas relacionados à Segurança Pública, à Defesa Social e à Defesa Civil, por meio de critérios do ensino, do aprendizado, do pensamento, do fazer, do agir e do ser, voltados para preservação da incolumidade da vida e do patrimônio.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O Curso de Bacharelado em Segurança Pública da Universidade Estadual de Roraima tem como escopo formar profissionais habilitados a discutir, planejar e criar métodos e formas de compreender o problema da segurança pública, propondo soluções ao aumento da criminalidade e a mudança de perfil do policial opressor em policial mediador e comunitário.

3.2 Objetivos Específicos

- Subsidiar o egresso com tecnologias da informação visando a facilitação na tomada de decisões;
- Oferecer ao acadêmico, métodos e formas de resolução de problemas relacionados com a Segurança Pública, Defesa Social e Defesa Civil;
- Subsidiar o profissional com elementos que possibilitem a transformação da formação policial interventora para mediadora;
- Dotar o profissional de elementos que possibilitem analisar a intervenção do Estado como agente de Segurança Pública e garantidor dos direitos do homem;
- Preparar o Bacharel em Segurança Pública para análise dos aspectos pertinentes ao campo do estudo da marginalidade, desigualdade social e pobreza;
- Possibilitar ao acadêmico, condições de identificar condutas de comportamento violento e nefasto que coloquem em risco a segurança de outrem;
- Fornecer ao acadêmico o conhecimento necessário para identificar situações pré-criminais a partir da identificação dos fatores de risco;
- Propiciar mecanismos de elaboração de ações sócio jurídicas de prevenção

à violência;

- Desenvolver no profissional de Segurança Pública ações repressivas de combate à violência com intervenções policiais pautadas na ética;
- Estabelecer condições para análise de índices determinantes de crianças e/ou jovens em situação de risco pessoal e social;
- Capacitar o acadêmico para conhecer elementos diferenciadores dos comportamentos desviantes, marginais e criminais;
- Formar o profissional para emitir relatórios sobre ocorrência de desastres;

4. PERFIL DO EGRESSO

O profissional de Segurança Pública deverá transformar os problemas relacionados à sua área em reflexões e projetos que solucionam e respondam os questionamentos pertinentes ao aumento da violência e da marginalidade, estabelecendo parâmetros entre o crescimento da criminalidade e os problemas sociais e econômicos. Estabelecerá uma postura crítica e investigativa capaz de identificar problemas e apresentar soluções, propondo ao Sistema de Segurança Pública e Defesa Social políticas públicas de redução da criminalidade. Estará capacitado para realizar vistoria em situações de anormalidade, emitindo relatórios, pareceres e avaliando os danos causados por desastres.

Portanto, o egresso apresentará capacidade e qualificação para assessorar o poder público em nível federal, estadual e municipal, em ações pertinentes ao combate à violência, à criminalidade, às consequências de desastres, enfim, a riscos coletivos, produzindo informações científicas sobre a evolução das ameaças, vulnerabilidades e padrões de riscos associados à preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio, garantindo condições mínimas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

4.1 Acompanhamento do Egresso

As formas de acompanhamento dos egressos, formados pela UERR se dará mediante a consultas ao Conselho de Classe, Associações entre outros, a órgãos públicos e privados, mediante pesquisas. Também por meio do monitoramento da participação em eventos científicos e profissionais organizados pela UERR.

Utilizaremos nossa plataforma de matrícula para identificar se o formado ao ingressar já exercia a função sem a formação, bem como para consulta individuais aos egressos sobre situação acadêmica e profissional.

5. ÁREA DE ATUAÇÃO

O Bacharel em Segurança Pública estará apto a desenvolver diversas atividades de planejamento e gestão em Segurança Pública, em Defesa Social e em Defesa Civil, como:

- Pesquisador
- Assessor
- Consultor
- Gestor
- Planejador
- Avaliador
- Executor

5.1 Competências e habilidades

O Graduado em Segurança Pública desenvolverá valores primordiais no exercício de sua profissão, capazes de diferenciá-lo dos demais profissionais que compõem o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, tendo como competências e habilidades:

- Aplicação dos elementos de Produção Textual na produção de artigos científicos, relatórios e pareceres relacionados com a segurança pública;
- Correspondência às exigências físicas dos órgãos do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social;
- Adequação dos conhecimentos jurídicos compreendidos ao longo do curso e aplicá-los na área de Segurança Pública;
- Aplicação dos elementos da criminalística na resolução de problemas relacionados com a violência e criminalidade;
- Desenvolvimento de programas e projetos que aprimorem a eficiência, eficácia e efetividade das ações de segurança pública no combate a criminalidade;
- Elaboração de planos estratégicos de prevenção e contenção da violência e criminalidade em eventos adversos;
- Elaboração de planos estratégicos de prevenção e contenção da violência e criminalidade nas fronteiras;
- Realização de avaliações de danos causados por desastres;
- Elaboração de notificações prévias de desastres;
- Emissão de relatórios e pareceres sobre situação de emergência e estado de calamidade pública;
- Proposição de programas e projetos que visem à redução ou minimização das consequências de desastres.
- Proposição de programas e projetos que visem à redução ou minimização dos crimes transnacionais.

6. PRÁTICA DOCENTE

O corpo docente do curso de Bacharelado em Segurança Pública deverá primar como prática permanente pela participação nos mais diversos eventos relacionados à área, com o objetivo de aprimorar-se e manter-se atualizado sobre os fenômenos que envolvem a área de Segurança Pública com enfoque nacional e regional. O profissional deve estar capacitado para transmitir aos acadêmicos uma visão holística das atividades e conceitos que envolvem a área, pautados no compromisso social, na ética, na cidadania e nos direitos humanos, buscando articular ensino, pesquisa e extensão, proporcionando, assim, novos espaços e alternativas para a construção do conhecimento que contribuam para o desenvolvimento do Estado.

A produção acadêmica deve se fazer presente para o crescimento e amadurecimento profissional, inserindo o corpo discente em pesquisas, projetos e programas que aliem a teoria apreendida em sala de aula com a prática profissional, propiciando uma maior interação com a comunidade local, com vistas a diagnosticar seus anseios e elaborar projetos voltados a contribuir eficazmente para a melhoria da comunidade.

6.1- Interdisciplinaridades no curso de Bacharelado em Segurança Pública

O curso de Bacharelado em Segurança Pública tem por essência a formação de um profissional holístico, balizado na proposta da interdisciplinaridade em sua essência. A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas de distintas áreas e pelo grau de integração realizada entre diversas disciplinas no interior de um mesmo projeto pedagógico.

A interdisciplinaridade é um termo utilizado para distinguir a colaboração entre diversos campos do conhecimento ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência. Caracteriza-se por uma reciprocidade nas trocas visando um enriquecimento mútuo. A interdisciplinaridade consiste numa ação de transposição do saber posto na exterioridade para as estruturas internas do indivíduo, construindo o conhecimento, resultando numa formação voltada a enxergar as distintas perspectivas pelas quais se pode acolher a observação e intervenção científica. Assim, é possível afirmar que o estudo interdisciplinar está disposto pela troca de informações, com o pressuposto da geração de novos conhecimentos. Em realidade, esta prática de ensino vem de encontro a toda nova realidade de informatização do mundo e tem o objetivo de trazer a tona ideias inovadoras e, para isso, utiliza-se de ferramentas conhecida por distintos campos do conhecimento. Frente a este cenário o processo, o diálogo, o questionamento de ideias e a possibilidade da eliminação de obstáculos através de uma visão crítica e abrangente são o escopo basilar da interdisciplinaridade. Segundo Luck1 (1994, p.86), trata-se de uma concepção que veio evoluindo gradativamente, por meio do amadurecimento pedagógico. Ela não vem para substituir outras formas de ação, como comumente tem ocorrido até agora, quando novas ideias se apresentam, mas para superar as anteriores.

A aplicabilidade do método interdisciplinar de ensino vem reforçar cada vez mais o entendimento da velocidade dos acontecimentos e fatos devido à informatização que o mundo globalizado introjeta na realidade. Pela variedade de atividades que o homem desempenha (seja por força do trabalho seja pela execução de tarefas que acabam tornando-se cotidianas) é indispensável que o mesmo tenha pontos de vista amplos e distinto sobre a

maioria dos assuntos que envolvem a vida do cidadão; ou seja, especializar-se em determinado assunto é importante, mas também entender os diversos campos do conhecimento é o diferencial.

A pesquisa ganha notória força quando disseminada pela prática interdisciplinar dentro de uma universidade. O que distingue a educação escolar e acadêmica de outras tantas maneiras de educar é o fato de estar baseado no processo de pesquisa e formulação própria. É por meio da pesquisa que a universidade se destaca na formação de um desenvolvimento mais crítico e descentralizado como também mais humano e multifacetado de seus acadêmicos. A pesquisa no curso de Bacharelado em Segurança Pública da UERR se torna eficaz para a avaliação de toda a segmentação existente neste campo de estudo e todas as futuras conexões que possam vir a surgir por meio desta.

7. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Segurança Pública da Universidade Estadual de Roraima será constituído por sete semestres, totalizando três anos e meio de duração, podendo ser concluído pelo acadêmico em, no máximo, sete anos.

Para os alunos do Curso de Bacharelado em Segurança Pública foi elaborada Matriz Curricular com carga horária total de 2.510h (duas mil quinhentas e dez horas), assim distribuídas:

- a) 1.950h (mil novecentas e cinquenta horas): disciplinas obrigatórias fundamentais e profissionalizantes, exceto os estágios e as atividades complementares.
- b) 360h (trezentas e sessenta horas): estágio supervisionado.
- c) 200h (duzentas horas): atividades complementares.

7.1 Núcleo de Disciplinas Comuns a todos os cursos da UERR

A estrutura das disciplinas comuns compõe-se de um conjunto de disciplinas, cujo objetivo é propiciar uma formação humanística, política e técnica que permita ao acadêmico dirigir de modo intencional em suas relações com os aspectos cognitivos, econômicos, políticos, sociais e culturais que emergem do contexto histórico, numa perspectiva dialética. Estrutura-se das seguintes disciplinas:

Metodologia do Trabalho Científico, Introdução a Filosofia e Produção Textual.

7.2. Núcleo de disciplinas específicas do curso de Bacharelado em Segurança Pública

O Curso de Segurança Pública estrutura-se em disciplinas que dialogam com os cursos de Administração, Direito, Filosofia, Sociologia e de disciplinas que norteiam a formação dos Policiais Cíveis e Militares, agentes de trânsito e dos Bombeiros Militares.

As disciplinas encontram-se distribuídas de acordo com o critério de aprimoramento intelectual em consonância com os critérios teórico-metodológicos dos cursos pertinentes aos profissionais de Segurança Pública e Defesa Civil, articulando a

interdisciplinaridade com os demais componentes do currículo, tais como: seminários temáticos, estágios, atividades livres e complementares, privilegiando os aspectos teóricos e os aspectos práticos como um conjunto de fatores que se complementam inseridas no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o Curso de Bacharelado em Segurança Pública compõe-se das seguintes disciplinas: Metodologia do Trabalho Científico, Sociologia da Violência, Introdução ao Estudo da Segurança Pública, Introdução ao Estudo do Direito, Leitura e Produção de Textual, Direito Constitucional I, Introdução à Filosofia, Direitos Humanos, Ciências Políticas e Teoria Geral do Estado, Criminologia, Direito Constitucional II, Direito Penal I, Planejamento e Gestão em Segurança Pública, Toxicologia e Segurança Pública, Tecnologia Aplicada a Segurança Pública, Estágio I, Direito Penal II, Investigação Criminal e Criminalística, Política Criminal, Fundamentos de Direito Processual Penal, Gerenciamento de Crise, Estágio II, Direito Penal III, Segurança nos Estabelecimentos Penais, Planejamento e Gestão em Defesa Civil, Políticas Públicas e Cidadania, Metodologia Aplicada à Segurança Pública – TCC, Estágio III, Gestão e Segurança no Trânsito, Crimes Transnacionais, Direito Administrativo, Abordagem Sociopsicológica da Violência e do Crime, Direito Ambiental, Direito Agrário, Estágio IV, Temas Emergentes da Segurança Pública, e Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

7.3 Estágio supervisionado

O Estágio Supervisionado tem como objetivo propiciar ao acadêmico a experiência prática no campo de atuação específica à sua formação, por meio de atividades práticas orientadas. Está voltado ao desenvolvimento de habilidades e competências, ao aprimoramento pessoal e profissional e à inserção na vida profissional. Deve integrar o processo de ensino-aprendizagem, favorecer a atualização e o uso de novas tecnologias, incentivando a iniciação científica, além de ser a primeira grande oportunidade profissional.

O estágio do Curso de Bacharelado em Segurança Pública descortina-se em quatro etapas a serem desenvolvidas no Sistema de Segurança Pública do Estado de Roraima, a saber: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e Departamento Estadual de Trânsito.

A primeira etapa, denominada de Estágio Supervisionado I, será desenvolvida no segundo semestre e de acordo com as atribuições do Corpo de Bombeiros Militar. O Estágio Supervisionado II previsto no terceiro semestre se desenvolverá na Polícia Militar. No quarto semestre será realizado o Estágio Supervisionado III, na Polícia Civil. Por fim, o Estágio Supervisionado IV, realizado no quinto semestre, a ser desenvolvido no Sistema Prisional.

Os Estágios totalizarão 360 (trezentas e sessenta) horas, divididas em 90 (noventa) horas para cada área do conhecimento distribuído ao longo dos semestres. O acadêmico deverá expor, ao final do primeiro e segundo estágios, um relatório, e ao final do terceiro e quarto, um seminário temático ou artigo científico para apresentar à instituição onde estagiou. Em ambos os casos, o acadêmico deverá demonstrar o conhecimento da estrutura organizacional da instituição que estagiou, bem como, suas atribuições, ações e competências, além de apresentar propostas e sugestões que possibilitem melhorar e/ou aperfeiçoar as ações pertinentes à Segurança Pública.

A cada dois anos com rotatividade que será eleito um Coordenador de Estágio, que assumirá a função de articular o Estágio junto às Instituições e a Divisão de Estágio da

UERR, de modo a viabilizar os convênios e estipular horários, prazos e toda logística necessária para viabilizar a prática do Estágio além de coordenar os trabalhos entre os professores e acadêmicos envolvidos no Estágio. Para tanto, serão destinadas quatro horas semanais de sua jornada de trabalho.

Em cada semestre será designado um professor-orientador para cada grupo de sete) a dez estagiários, a fim de supervisionar o Estágio Curricular que, por sua vez, será o responsável pelo acompanhamento, avaliação e efetivação do estágio, orientando o acadêmico em seus relatórios, artigos e seminários temáticos, que deverão ser apresentados por escrito à Coordenação do Estágio e enviados por este à Coordenação do Curso para encaminhamento ao Registro Acadêmico.

O referido relatório de Estágio Supervisionado deverá ser redigido individualmente ao término das atividades exercidas. O relatório final tem por função registrar os acontecimentos decorridos no campo de estágio, bem como as ações pedagógicas realizadas, contribuindo para que o aluno-estagiário oportunize, de forma didática, a organização dos aspectos teóricos e práticas vivenciados no ambiente de estágio. Os documentos necessários para estágio são:

- Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008.
- Lista de Instituições conveniadas a UERR;
- Modelo de Relatório Final de estágio;
- Modelo de artigo científico;
- Ficha de avaliação do estagiário pela empresa/orientador;
- Ficha de avaliação do estágio pelo estagiário.

7.5 Atividades complementares

As atividades de complementares totalizam 200 (duzentas) horas, distribuídas em cursos, palestras, seminários temáticos, congressos e projetos de pesquisas (artigos, monografias e teses), todos relacionados com a área de Segurança e afins. Disciplinas afins cursadas em outros cursos de graduação até 1 (um) ano antes do ingresso do acadêmico poderão ser aproveitadas até o limite de 60 (sessenta horas) horas. As horas-aulas estabelecidas nos estágios não serão computadas para as atividades de ensino complementar.

7.6 Trabalho de Conclusão de Curso

Para obtenção do diploma de bacharel em Segurança Pública, o acadêmico deverá apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC a ser entendido como momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional, devendo o acadêmico demonstrar a sistematização do conhecimento, resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, gerada no decorrer do curso.

A modalidade de TCC aplicada neste curso é a produção de um Artigo Científico, que pode ser o resultado da conclusão do Estágio ou pesquisa realizada pelo acadêmico, sob supervisão/coordenação de um professor orientador. Será considerada uma turma de TCC de 60 horas/aula quando composta do número mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) alunos matriculados. Caso haja alunos excedentes, uma nova turma será aberta,

considerando o mesmo quantitativo de alunos.

A organização e apresentação do TCC estarão sujeitas às normas institucionais e devem ser apresentadas em banca composta por professores relacionados à área da pesquisa apresentada.

O TCC deve estar em acordo com as normas técnicas da ABNT vigentes.

A defesa será um ato público, com banca composta do professor orientador e de mais dois professores (com titulação mínima de Especialista) vinculados a uma instituição de ensino superior com conhecimento na área da pesquisa do trabalho apresentado. A escolha desses dois professores deve ser em comum acordo entre o coordenador do curso, o aluno orientado e o professor orientador, sendo esse último, responsável final pela decisão dos professores convidados. Casos excepcionais deverão ser encaminhados para deliberação do Colegiado do Curso de Bacharelado em Segurança Pública.

8. AVALIAÇÃO

A mensuração das atividades deverá contemplar desempenho dos acadêmicos nas atividades pertinentes ao processo de formação. Para tanto, utilizar-se-ão avaliações processuais e acumulativas como indicadores dos resultados do processo de aprendizagem. Poderão ser utilizadas diversas atividades, as quais serão expressas no plano de ensino de cada disciplina.

As avaliações das disciplinas do Curso de Bacharelado em Segurança Pública seguirão o disposto nas normas institucionais aprovadas pelo CONUNI (Conselho Universitário) e válidas para todos os cursos da instituição, além de outras previstas no presente Projeto Pedagógico.

A avaliação segue o Regimento Geral da Universidade Estadual de Roraima, aprovado pela Resolução N° 11 de 21 de outubro de 2013, sendo elas:

A avaliação do rendimento acadêmico será feita em cada disciplina, em função do aproveitamento em provas escritas ou orais, seminários, trabalhos de campo, entrevistas, trabalhos escritos e outros.

Em se tratando de Exames Finais, a modalidade de avaliação deve ser escrita e entregue junto com o Diário de Classe à Coordenação do Curso ou ao Registro Acadêmico.

A frequência a quaisquer atividades didáticas, científicas e culturais programadas na forma curricular ou extracurricular constitui caráter obrigatório para a aprovação do acadêmico.

Cabe ao docente a responsabilidade de verificação e controle da frequência dos alunos.

As faltas coletivas dos alunos poderão ser consideradas como aulas efetivamente ministradas pelo professor responsável pela disciplina.

É obrigatório o cumprimento de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência em cada disciplina.

É vedado o abono de faltas.

Ao aluno que deixar de comparecer à atividade avaliativa na data fixada poderá ser concedida segunda chamada, mediante requerimento feito junto ao Registro Acadêmico.

Será assegurado o direito de fazer avaliação em segunda chamada aos alunos que apresentem atestado médico (dentro dos prazos legais) ou comprovarem participação em atividade curricular, científico desportiva ou militar, ou ainda em casos justificados.

O exame final do componente curricular será feito exclusivamente por meio de provas escritas que ficarão arquivadas na Gerência de Registro Acadêmico.

A avaliação do aproveitamento é feita pelo professor e expressa numericamente em escala de 00 (zero) a 100 (cem), do seguinte modo:

- a média final do semestre dar-se á por média ponderada de três notas atribuídas no decorrer da disciplina;
- é aprovado, na disciplina, independentemente de Exame Final, o acadêmico com média igual ou superior a 70 (setenta) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);
- deve prestar Exame Final o acadêmico com média igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta);
- o Exame Final será resultante de prova escrita e sua data deverá constar no Calendário Acadêmico do Semestre, devendo contemplar os conteúdos trabalhados em todo o semestre;
- a nota final, após o exame final, será calculada de forma aritmética: $NF=(MP+EF)$, composta pela média aritmética da nota do semestre mais a nota do exame final, devendo atingir a média de, no mínimo, 70 (setenta) e frequência não inferior a 75% (setenta e cinco por cento);
- em caso de não comparecimento do acadêmico ao Exame Final lhe será atribuída nota 0,0 (zero) devendo a prova ser entregue junto ao diário com a anotação de Ausente;
- a reprovação do acadêmico na disciplina, após a realização do Exame Final, ocorre se o mesmo não atingir nota 70 (setenta).

8.1 Avaliação do Curso

A avaliação qualitativa do Projeto Pedagógico do Curso será realizada com base nas dimensões e categorias de análise exigidas pela Resolução N 07/2006 do Conselho Estadual de Educação e indicadores constantes no Sistema de Avaliação da Educação Superior/INEP.

O curso será avaliado através do acompanhamento do desempenho do corpo docente, verificando seu Plano de Curso, as Estratégias de Ensino adotadas e a sua Prática Docente. Outra instância que será avaliada é a Coordenação do Curso e todo pessoal técnico administrativo. Finalmente, serão também avaliadas as instalações físicas, equipamentos e outros instrumentos necessários ao bom desenvolvimento do curso. Haverá reuniões com o Coordenador do Curso e o corpo docente para estudo e planejamento interdisciplinar. Nesses momentos o curso também estará sendo avaliado em toda a sua amplitude, ou seja: metodologia, prática docente, processo de avaliação e relação professor/aluno/coordenação.

O Colegiado do curso utilizara os parecer do Núcleo Docente Estruturante, os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), as recomendações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e os resultados obtidos no Exame nacional dos Cursos (ENADE).

O colegiado do curso também adotará pesquisa de impactos com vista a estar em permanente atualização e melhoria dos processos de gestão do curso e educacional. Essa avaliação é obtida por meio de auto-avaliação dos pares e aplicação de formulários que gerem informações sobre forma de funcionamento, metodologias, acevo bibliográfico, laboratórios, formas de avaliação.

8.2 Avaliação do Plano de Curso

Serão observados e avaliados os seguintes indicadores no Plano de Curso:

- Se está atualizado e em comum acordo com os pressupostos legais e com as tendências e necessidades do mundo do trabalho;
- Se garante a contextualização e a integração das unidades curriculares no desenvolvimento das atividades relativas ao processo ensino-aprendizagem;
- A capacidade de operacionalização do Plano, observando a flexibilidade no desenvolvimento das atividades relativas ao processo e na aplicação dos recursos.

8.3 Avaliação das Estratégias de Ensino

Serão observadas as estratégias e ensino propostas nos Projetos de Trabalho ou atividade de ensino, considerando:

- A utilização dos recursos bibliográficos, didáticos financeiros e humanos disponíveis e programados no desenvolvimento das atividades de ensino;
- Adequação das estratégias frente aos objetivos propostos, realizados ou não;
- A flexibilidade das estratégias propostas frente aos resultados parciais;
- A individualidade do aluno, mesmo que em atividades em grupo, respeitando seu contexto, seu ritmo e desempenho.

8.4 Avaliação da Prática Docente

Ao final de cada disciplina, os alunos avaliarão os professores nos quesitos: domínio de conteúdo, metodologia adotada pelo professor a relação teoria/prática, a forma como o professor avalia a aprendizagem do aluno, pontualidade e assiduidade e a relação professor/aluno.

Assim, o processo avaliativo estará pautado na Lei Federal no. 10.861/2004, bem como o descrito no Estatuto da UERR, visando a um processo democrático, onde os acadêmicos sejam, ao mesmo tempo, autores e executores, em busca de uma aprendizagem efetiva.

9. COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso o órgão máximo, normativo, deliberativo, no âmbito do curso. Ele será presidido pelo Coordenador de Curso que é eleito para um mandato de 02 (dois) anos

Compete aos Colegiados de Curso:

- Definir os objetivos gerais dos cursos em cooperação com a Pró-Reitoria de Ensino;
- Fixar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do respectivo curso e recomendar modificações de programa para fins de compatibilização;
- Avaliar e definir sobre a compatibilidade entre disciplinas de diferentes cursos, a fim de viabilizar aproveitamento de estudo do aluno;
- Elaborar currículo pleno do curso e suas alterações com indicações dos pré-requisitos e dos créditos das disciplinas que o compõem, para aprovação do CONUNI em cooperação com a Pró Reitoria de Ensino;
- Colaborar com os órgãos universitários;
- Dar parecer em assuntos de sua competência;
- Exercer outras atividades determinadas pela Reitoria, respeitada sua finalidade.

O Colegiado além dos aspectos supramencionados será regido pelas normas estabelecidas no Regimento Geral da UERR

9.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE obedecerá as orientações estabelecidas no Parecer CONAES nº 4 de 17 de junho de 2010, na Resolução ° 1 de 17 de junho de 2010 e nas normas institucionais. Ressalvando que devido a esse Curso dispor de um colegiado com número de membros inferiores ao exigido na referida resolução, ele será formado por docentes de outros cursos relacionados ao curso de Segurança Pública. Assim o NDE do curso funcionará de forma mista.

10. JUBILAMENTO DE DISCENTES

Jubilamento é a situação em que ocorre o afastamento definitivo de aluno do estabelecimento universitário, resultando em cancelamento de sua matrícula.

Estará sujeito ao jubramento, o estudante de curso de graduação que não concluir o curso no período máximo de integralização que corresponde a 11 (onze) semestre.

O jubramento obedecerá as normas estabelecidas no Regimento Geral da UERR.

11 NIVELAMENTO ACADÊMICO

Programa de Nivelamento é uma atividade programada para atendimento aos acadêmicos iniciantes e tem como estratégia de ação uma programação diferenciada onde se desenvolve atividades de apoio à demanda de desconhecimento das estruturas e dinâmicas institucionais. Para isso, serão desenvolvidas atividades como: apresentação institucional, aulas específicas, com vistas a dar um suporte fundamental para as disciplinas do curso; atividades motivacionais e de mobilização para os desafios do Curso Superior.

O Nivelamento tem por objetivo atender estudantes de ingressantes no 1º e 2º semestre que demonstrem dificuldades de aprendizagem e / ou deficiências de conteúdos básicos necessários para o desenvolvimento de competências e habilidades do curso superior e recuperar conteúdos que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem do graduando, permitindo que ele possa continuar seus estudos de maneira eficaz. Assim o nivelamento visa:

- Ampliar os conhecimentos dos alunos em conteúdos básicos e essenciais para a continuidade no Ensino Superior.
- Corrigir possíveis falhas no processo ensino-aprendizagem.
- Reforçar e revisar conteúdos necessários para o seu aprimoramento curricular.
- Proporcionar ao aluno ingressante o contato com os conteúdos de forma mais objetiva e clara evitando a desistência e /ou evasão.
- Promover aulas com conteúdos específicos das disciplinas nas quais as dificuldades se apresentam;
- Abordar, de maneira mais enfática os conteúdos específicos das disciplinas que os alunos apresentam mais dificuldade.

O nivelamento acadêmico será realizado por docentes e discentes (monitores). Os docentes serão indicados pelos colegiados do Curso ou pela Pró-Reitoria de Ensino. Os discentes serão selecionados pela Coordenação do Curso, considerando disponibilidade e conhecimentos necessários para ministrar as disciplinas programadas pela Pró-Reitoria e Coordenação de Curso.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- Condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- Elaboração e aplicação de testes de aprendizado;

- Esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- Verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas;
- Controle de frequência dos alunos durante as aulas de nivelamento

12. QUADRO DOCENTE

Nº	PROFESSOR (A)	TITULAÇÃO
1	Caroline Coelho Cattaneo	Mestre
2	Ketiane da Costa Guerreiro	Especialista
3	Francisco Robson Bessa Queiroz	Mestre
4	Têndeles Antônio Alves Barros	Especialista

13 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SEGURANÇA PÚBLICA

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO		CARGA HORÁRIA	PRÉ REQUISITOS
			TEÓRICOS	PRÁTICOS		
1º	M.T.C.	Metodologia do Trabalho Científico	3	1	60	-
	Soc Vio	Sociologia da Violência	4		60	-
	I.E.S	Introdução ao Estudo da Segurança Pública	4		60	-
	IED	Introdução ao Estudo do Direito	4		60	-
	LPT	Leitura e Produção de Textual	4		60	-
2º	DC I	Direito Constitucional I	4		60	IED
	I Fil	Introdução à Filosofia	4		60	-
	DDHH	Direitos Humanos	4		60	-
	CP e TGE	Ciências Políticas e Teoria Geral do Estado	4		60	-
	Crim.	Criminologia	4		60	-
3º	DC II	Direito Constitucional II	4		60	DC I
	Dir Penal I	Direito Penal I - Parte Geral	4		60	IED
	PGSP	Planejamento e Gestão em Segurança Pública	4		60	-
	T.S P	Toxicologia e Segurança Pública	4		60	IES
	TAPS	Tecnologia Aplicada a Segurança Pública	4		60	-
	EST I	Estágio I	1	5	90	-
4º	Dir Penal II	Direito Penal II	4		60	Dir Penal I
	Crim Inv	Criminalística e Investigação Criminal	4		60	-

Reformulação do projeto aprovada pelo Parecer nº. 003/2017, Resolução nº. 003 de 01/02/2017, publicada no DOE nº. 2936 de 02/02/2017.

Projeto do Curso de Segurança Pública

	PC	Política Criminal	4		60	-
	FPP	Fundamentos de Direito Processual Penal	4		60	IED
	Ger Cri	Gerenciamento de Crise	4		60	-
	EST II	Estágio II	1	5	90	EST I
5º	Dir Penal III	Direito Penal III – Parte Especial e Legislação Extravagante	4		60	Dir Penal II
	S E P	Segurança nos Estabelecimentos Penais	4		60	Dir Penal II
	PGDC	Planejamento e Gestão em Defesa Civil	4		60	-
	PPC	Políticas Públicas e Cidadania	4		60	-
	TCC I	Metodologia Aplicada à Segurança Pública – TCC I	4		60	M.T.C.
	EST III	Estágio III	1	5	90	EST II
6º	Seg Tran	Segurança no Trânsito	4		60	-
	C T	Crimes Transnacionais	4		60	
	Dir. Adm.	Direito Administrativo.	4		60	
	ASVC	Abordagem Sociopsicológica da Violência e do Crime.	4		60	Soc Vio
	Dir Agrário	Direito Agrário	2		30	IED
	Dir Amb	Direito Ambiental	2		30	IED
	EST IV	Estágio IV	1	5	90	EST III
7º	TCC II	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	2	2	60	TCC I
	TESP	Tópicos Emergentes da Segurança Pública	4		60	
	LIB	Libras	2		30	
Carga Horária das Disciplinas (sala de aula)			1.950			
Estágios			360			
Atividades Complementares			200			
TOTAL GERAL			2.510			

14. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

1º SEMESTRE

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

CARGA HORARIA: 60 h

Créditos: 3 teóricos e 1 prático

Ementa: Abordagem sobre o papel da Universidade: compreensão da importância dos estudos no ensino superior. A leitura, análise e interpretação de textos na vida acadêmica. Ética na pesquisa: plágio e fraude. Técnicas de leitura: análise textual, temática, interpretativa e problematização. Métodos de estudo: fichamento, resenhas e mapa conceitual. As normas da ABNT e sua aplicação na organização do trabalho científico. Etapas do projeto de pesquisa. Atividade prática como componente curricular*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antônio. **Metodologia científica**. 4ª. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 14ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FOLSCHIED, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. **Metodologia filosófica**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4ª. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SALVADOR, Ângelo D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 6ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

*Atividade prática como componente curricular: Metodologia do Trabalho Científico:

- I. Proporcionar meios para a construção de instrumentos de leitura e pesquisa que possam contribuir para a formação docente;
- II. Familiarizar os acadêmicos com instrumentos tecnológicos úteis ao contexto escolar;
- III. Possibilitar a organização do trabalho acadêmico de acordo com as normas vigentes.

SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA

CARGA HORARIA: 60 h

EMENTA: Espaço para discussão de Imagens, representações e significados da violência. Domínios semânticos e práxis da violência conhecimento crítico e reflexivo atinente aos fenômenos da violência e do crime em suas várias formas, proporcionando a compreensão do comportamento social, considerando a alteridade de cada grupo, considerando suas simbologias e o entendimento da diferença entre a modalidade jurídico-penal de tratar a violência e outras modalidades e a abordagem interdisciplinar da violência e da criminalidade, conforme tópicos elencados: Sociologia da violência; Violência estrutural; institucional, interpessoal; Violência e grupos vulneráveis; Violência contra a mulher; Exploração sexual; Tráfico de drogas; Violência da escola e violência na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, Miriam & RUA, Maria das Graças. **Violência nas Escolas**. Brasília, UNESCO, 2002.

ADORNO, Sérgio. "A criminalidade urbana violenta: um recorte temático". In: BIB. Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 35, 1993.

BARREIRA, C. e ADORNO, S. **A Violência na Sociedade Brasileira**. In: Carlos Benedito Martins e Heloisa Helena T. de Souza Martins (org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador - uma história dos costumes**. R. J. , Jorge Zahar, v. I e II, 1990, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 19887.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 17a Edição.

PEREIRA, Carlos et alii (orgs.). **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio et alii (org. Democracia, violência e Injustiça. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Revista SOCIOLOGIAS. Porto Alegre, PPG-Sociologia da UFRGS, n. 1 a 20, 1999-2008.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências em tempo de Globalização**. São Paulo, HUCITEC, 1999.

VELHO, Gilberto. *Mudança, crise e Violência*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2002.

WIEVIORKA, Michel. *La violence*. Paris, Balland, 2004. ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. R.J. Ed. FGV, 2004.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA SEGURANÇA PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Evolução histórica da Segurança Pública. Ideologias da Segurança Pública. Sistema Formal da Segurança Pública no Brasil. Sistema Informal da Segurança Pública. Órgãos de Segurança Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECCARIA, Césare. **Dos delitos e das penas**. Trad. De Toméri Guimarães, I 1ª Ed. São Paulo: Hemus, 1995. P. 108.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 19887.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 17ª Edição.

MARCINEIRO, nazareno e PACHECO, Giovani Cardoso. **Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**. Florianópolis: Insular. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 13. Ed. São Paulo: Atlas. 2002. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1994.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo, Martins Fontes; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1990.

MACHADO NETO, Antonio Luis. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 6 ed. São Paulo, Saraiva, 1988.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Noção de Direito: origem do direito. Direito e Moral. Direito, equidade e justiça. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. As fontes do direito. Teoria da Norma jurídica (interpretação e integração). Teoria do ordenamento jurídico. Teoria tridimensional do direito. Hermenêutica e propedêutica. Validade, vigência e eficácia da norma. Antinomias e lacunas. Hierarquia das normas. Relações jurídicas: sujeitos de direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**, 17 Ed, São Paulo: Saraiva, 2005.

DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 Ed, São Paulo: Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Christiano José de. **O Problema dos Métodos da Interpretação Jurídica**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1992.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1994.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo, Martins Fontes; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1990.

MACHADO NETO, Antonio Luis. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 6 ed. São Paulo, Saraiva, 1988.

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Leitura, processos e análise de textos científicos e não científicos. O processo de interação texto-leitor. Paráfrase. Produção de textos acadêmicos (resumo e resenha).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010

GUIMARÃES, Telma de Carvalho. **Comunicação e linguagem**. São Paulo: Pearson, 2012.

ROTH-MOTTA, Désirée & HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo, Parábola, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO, Anna R.& outros. **Resumo**. São Paulo, Parábola Editorial, 2009

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2ª Ed. São Paulo, Cortez. 2002.

MACHADO, Anna R. & outros. **Resenha**. São Paulo, Parábola Editorial, 2009

MEURER, José Luiz. **Gêneros textuais**. Bauru- SP: EDUSC, 2012.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru: Edusc, 2002

2º SEMESTRE

DIREITO CONSTITUCIONAL I

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: teoria dos direitos e garantias fundamentais. Remédios constitucionais. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Ordem econômica, financeira e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2016.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 32 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO, José Tarcízio de Almeida. Direito Constitucional do Brasil. 1ª Ed. Minas Gerais: Del Rey, 2008.

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. 15 ed. Método, 2016.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 39ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Estudo e compreensão de questões relativas ao surgimento da racionalidade ocidental pertinentes ao processo de construção cognitiva. Humanização do homem dentro dos diversos campos do saber. Debater questões voltadas à diversidade que caracteriza o espaço social e cultural. Proporcionar reflexão da diversidade e como fenômenos inerentes à vida social e às relações humanas e como direito fundamental da cidadania no respeito e valorização da diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, relações étnico-raciais (indígena e afro descendência), de origem, de comportamento e de todas que se tornam geradoras de conflitos marcados por intolerância e discriminação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M^a. Lúcia; MARTINS, M^a. Helena. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003. p. 37-50; 71-77.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11^a ed. Trad. Roberto Raposo (rev. téc. A. Correia). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **As origens do totalitarismo**. Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia. In: **Antropologia cultural**. Trad. Celso Castro – 5. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

_____. Os objetivos da pesquisa antropológica. In: **Antropologia cultural**. Trad. Celso Castro – 5. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

_____. Raça e progresso. In: **Antropologia cultural**. Trad. Celso Castro – 5. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

BOBBIO, Norberto. *O significado clássico e moderno de Política*. In: Curso de Introdução à Ciência Política. V.7, Brasília: UnB, 1982. p. 11-21.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**; Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GÓMEZ, José María. **Globalização da política: mitos, realidades e dilemas**. In: GENTILI, Pablo (Org). *Globalização excludente*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 128-179.

KANT DE LIMA, R.; EILBAM, L e PIRES, L. (orgs). **Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada**. Coleção Direitos, Conflitos e Segurança Pública. Volume I e II. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização. In: **Evolucionismo cultural**. Org. Celso Castro – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

POCHMANN, Marcio. **Visões do trabalho**. Revista da SBPC, São Paulo. ano 58, n. 4. Out/Nov/dez, 2006. p. 22.

DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: A Constituição e os Direitos Humanos. Os primeiros documentos de justiça dos Direitos Humanos. A expansão dos direitos humanos. A polêmica relativismo x universalismo. Garantias para a aplicação dos direitos humanos. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais - Teoria Geral**. 11^a Ed. São

Paulo: Atlas, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direitos Humanos Versus Segurança Pública**. São Paulo: Forense, 20116.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos. 9ª Ed. São Paulo**: Saraiva, 2016.

DECLARAÇÃO dos Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Bauru: EDIPRO, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C. B. **Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Barueri, SP: Manole, 2004.

GARCIA, Emerson. **Proteção Internacional Dos Direitos Humanos. 3ª Ed. São Paulo**: Atlas, 2015.

RAMOS, Andre de Carvalho. **Teoria Geral Dos Direitos Humanos na Ordem Internacional - 6ª Ed. São Paulo**: Saraiva, 2016.

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: A ciência política. As relações entre o Estado, o Poder e o Direito. Origem e evolução dos Estados. Formas de Estado, formas e sistemas de governo e regimes políticos. As principais mudanças políticas no Brasil e América Latina. O Estado moderno e os direitos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Trad: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. rev e atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 32 ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva.2013.

KELSEN, H. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

FILOMENO, Jose Geraldo Brito. **Manual de teoria Geral do Estado e Ciências Políticas** 6. Ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

RIBEIRO JR. João **Teoria Geral do Estado e Ciências políticas** 5. Ed. São Paulo: Édipo, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 23 Ed. São Paulo: Globo, 2005.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 5 Ed, revista e ampliada. São Paulo. Malheiros Editores Ltda. 2004.

FRIEDE, Reis. Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado. 3 Ed 2006. ed. Forense Universitária.

CRIMINOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Fundamentos, conceitos e o caráter interdisciplinar da criminologia. Terminologia utilizada no campo da criminologia. As escolas criminológicas. Utilidade da criminologia para o trabalho nas organizações policiais. Aspectos relativos ao desvio, à marginalidade e a criminalidade. Violência e criminalidade. Fatores socioculturais da violência. Fatores biopsicossociais. Violência urbana e violência rural no Brasil. Fatores de risco. Vitimologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SHECAIRA, Sergio Salomão. Criminologia. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SUMARIVA, Paulo Henrique de Godoy. Criminologia - Teoria e Prática. 3ª Ed. São Paulo: Impetus, 2015.

FERNANDES, Valter. Criminologia Integrada. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fátima. PAULINO, Mauro. Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses - Perspectivas Atuais. Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, 2012.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 21ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SHECARIA, Sergio Salomão. SÁ, Alvinho Augusto de. TANGERINO, Davi de Paiva Costa. Criminologia no Brasil. Elsevier – Campus, 2010

3º SEMESTRE

DIREITO CONSTITUCIONAL II

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Estrutura e organização do Estado brasileiro. Direito constitucional estadual e municipal. Organização dos poderes: executivo, legislativo e judiciário. Do processo

legislativo. Do controle de constitucionalidade das leis. Funções essenciais à justiça. Tributação e orçamento. O STF como guardião supremo da constituição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 39ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2016.

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. 15 ed. Método, 2016.

TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

DIREITO PENAL I – Parte Geral

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Introdução crítica, histórica e conceitual, fontes (princípios e regras/normas) do Direito Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Disposições gerais do código. Teoria geral do crime (tipicidade, ilicitude e culpabilidade). Concurso de pessoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Geral.** São Paulo: Saraiva, 2003, 1v.

GOMES, Luis Flávio de. **Direito Penal – Parte Geral.** Vol. 1. São Paulo: RT, 2006.

JESUS, Damásio E, de. **Direito Penal.** Parte Geral, 28ª ed. Saraiva, São Paulo, 2005.
MIRABETE, Júlio Fabrini - **Manual de Direito Penal,** Parte Geral, vol. 1, 23ª Ed. Editora Atlas, 2006.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral. São Paulo: RT, 2006, 1v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal I - Parte Geral.** São Paulo: Saraiva, 2004.

TELES, Ney Moura. **Direito Penal.** São Paulo: Atlas, 2001.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal** - parte geral. São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal - parte geral**. Sao Paulo: Atlas, 2003.

PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 60h.

EMENTA: Abordagens clássica, humanista e organizacional da administração. Organização. Planejamento. Direção. Liderança. Visão geral dos princípios e práticas relevantes da administração aplicada ao planejamento. Gestão organizacional frente aos novos paradigmas. O Processo Gerencial. Sistema de Segurança Pública e Defesa Social. Modelo de Policiamento e Resolução de Problema. Métodos e Processos de Decisão. A organização como um sistema decisório. Estratégias nas ações de Segurança Pública. Decisões estratégicas em situação de crise. Planejamentos de programas e projetos em ações de Segurança Pública. Elaboração e Aplicação de Projetos de Segurança Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, José Helder de Sousa. **Segurança X Sensação de Segurança**. São Paulo. Ciência Moderna. 2002.

CHIAVENATO, I. **Administração nos Novos Tempos**. 2 ed. São Paulo: Atlas 2004.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos: Transformando Idéias em Resultados**. 2ed. São Paulo: Atlas 2002.

LIMA, Renato Sérgio de, e PAULA, Liana de Paula (eds.). **Segurança pública e violência - o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto. 2008.

MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos**. 2 ed. São Paulo: Atlas 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SKOLNICK, Jerome H. BAYLEY, DAVID H. (org). **Nova Polícia**. EDUSP. Edição: 2ª. Ano: 2006.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento** . EDUSP. Edição: 2ª. 2006.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia. Textos de Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. **Ação e estratégia das organizações policiais**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia, 1998.

TAVARES, José Vicente. **A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, vol. 9, nº 1, 1997.

WACQUANT, Loic. **Prisões da Miséria**. Trad: André Teles. São Paulo: Editora Zahar. 2011.

BAZERMAN, M. H. **Processo Decisório**. Rio de Janeiro: Campus 2004.

TOXICOLOGIA E SEGURANÇA PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Tóxicos: Espécies e usos. Drogas e reflexos na violência social. Drogas e família. Favelização, governabilidade e tráfico. Narcotráfico: ameaça a governos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORIM, Carlos. **CV-PCC**. A irmandade do crime. São Paulo: Editora Record, 2003.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a espada**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2006.

CARVALHO, Salo. **A Política Criminal de Drogas no Brasil. Estudo Criminológico e Dogmático**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lumesn Iuris, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OGA, Seizi; CAMARGO, Márcia Maria de Almeida; BATISTUZZO, José Antonio de Oliveira. **Fundamentos de toxicologia**. 3 ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2008. 677 p.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico: um esboço histórico. In: PINTO, Venâncio. Carneiro, Henrique. (org). **Álcool e Drogas na História do Brasil**. São Paulo: Alameda. Belo Horizonte: PUCMG, 2005.

TECNOLOGIA APLICADA A SEGURANÇA PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Uso de tecnologias para a Segurança Pública. Segurança nos sistemas e nas rotinas de serviços. Plataformas de suporte À Segurança – hardware e software. Redes e sistemas. Equipamentos e sistemas de segurança e áreas públicas e privadas. Sistemas de controles e monitoramento eletrônico. Tecnologias em armamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDER, John B. **Armas não letais**: alternativas para os conflitos do século XXI. Trad.: José Magalhães Souza. Rio de Janeiro: Condor, 2003.

CARVALHO, Tereza Cristina Melo de Brito (org.). **Gerenciamento de redes – uma abordagem de sistemas abertos**. São Paulo- Brasília: BRISA- TELEBRÁS, Makron Book, 1993.

COMER, D. E. **Redes de Computadores**, Porto Alegre: Bookman, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TURBAN, Efraim; RAINER, R. Kelly; POTTER, Richard E. **Administração de tecnologia da informação**: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 618 p.

FERRARI, Antonio Martins. **Telecomunicações: evolução e revolução**. São Paulo: Érica, 1991.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia em Gestão da Informação da Segurança Pública**. Garamond. 2002.

ESTÁGIO I

CARGA HORÁRIA: 90 h

Créditos: 1 teórico e 5 práticos

EMENTA: Estágio a se realizar no Corpo de Bombeiros Militar e/ou Polícia Militar

Atividades no Corpo de Bombeiros Militar:

PREPARAÇÃO (6 horas): Aulas expositivas: Explicação do Estágio, objetivos, desenvolvimento, legislação pertinente, mandatos e responsabilidades do aluno.

SENSIBILIZAÇÃO (6 horas): Sensibilização sobre os locais profissionais: Atitudes e comportamentos a serem adotados como estagiário, cultura organizacional, hábitos de trabalho, a deontologia e a ética profissional.

OBSEVAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (20 horas):

- Primeiros Socorros;
- Prevenção de incêndios;
- Extinção de incêndios;
- Defesa Civil.

INTERVENÇÃO DE PRIMEIRO NÍVEL (45 horas): Sempre sob a supervisão hierárquica de um monitor policial:

Tipos de atividades e de intervenções:

- Assistência às intervenções em primeiros socorros e aprendizagem da divisão de tarefas.
- Assistência às intervenções em prevenção de incêndios e divisão de tarefas.
- Assistência às intervenções em combate a incêndios e divisão de tarefas.
- Assistência às intervenções em Defesa Civil e divisão de tarefas (previsão de desordens, resgate de animais, catástrofes e mesmo acidentes de avião).

RETROAÇÃO (13 horas): Retroação sobre atitudes e comportamentos do estagiário em grupo de discussão, tempo dedicado pelo aluno para elaboração de diário e encontro individual com o professor orientador responsável pelo estágio e elaboração de relatório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

_____. **Estágio de estudantes** - Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008.

_____. **Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima** - Lei Complementar no 052 de 28 de dezembro de 2001.

_____. **Defesa Civil**. Lei 12.608, de 10 de abril de 2012.

_____. **Defesa Civil**. Lei 12.340, de 1 de dezembro de 2010.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Instrução Normativa 01**, de 24 de Agosto de 2012 .

_____. **Política Nacional de Defesa Civil. Brasília. Secetraria Nacional de Proteção e Defesa Civil. 2008.**

4º SEMESTRE

DIREITO PENAL II

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Teoria das penas. Sistema das penas. As penas no direito penal brasileiro. Benefícios penais: da suspensão condicional da pena, do livramento condicional e da reabilitação. A aplicação e individualização da pena: dosimetria penal. Concurso de crimes. As medidas de segurança. Efeitos da condenação. Punibilidade e causas de extinção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 2004. 2v.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal – Parte Especial – Volume II**. São Paulo. Atlas. 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (dividi a bibliografia em duas)**

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal – Volume II – Parte Geral**. São Paulo. Saraiva, 2005.

PRADO, Luis Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. Parte Geral. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, 2v.

CRIMINALÍSTICA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Criminalística: Conceitos. Perícias. Locais de crime. Metodologia de redação de laudos periciais. Modelos de laudos periciais. Investigação criminal. Conceito e história da Polícia. Conceito de Investigação Criminal. Conceito de Prova. Evolução Histórica da prova criminal. Inquérito Policial. Técnicas de Investigação Criminal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECCARIA, Césare. **Dos delitos e das penas**. Trad. De Toméri Guimarães, I 1ª Ed. São Paulo: Hemus, 1995. P. 108.

VIOLA, João Paulo. **Manual de Investigação Criminal**. [s. l]. Líder. 2005.

GARCIA, Ismar Etulano. **Criminalística**, Editora AB. Biblioteca UERR.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (dividi a bibliografia em duas)**

JOBIM, Luis Fernando. **Identificação Humana**. Editora Millennium. Biblioteca UERR.

OLIVEIRA-COSTA, Janyta. **Entomologia Forense: quando os insetos são vestígios**. Editora Millennium. Biblioteca UERR.

POLÍTICA CRIMINAL

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Política Criminal: noções conceituais. O direito penal e sua função simbólica. Expectativas sociais, funções e eficácia do direito penal. O processo de incriminação de condutas. Pressupostos materiais mínimos da tutela penal. Das atividades de prevenção do uso, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Pressupostos jus sociológicos da violência doméstica: efetiva tutela de direitos ou repressão penal. A busca da igualdade entre os sexos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHINI, Alice. Pressupostos materiais mínimos da tutela penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

DELMAS – MARTY, Mireille. Modelos e movimentos de política criminal. Trad. Edmundo de Oliveira. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

FERNANDES, Fernando Andrade. O processo penal como instrumento de política criminal. Coimbra: Almedina, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, G. M.; MENDONÇA J. G. (org.). **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

ROXIN, Claus. **Política Criminal e sistema jurídico-penal**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

QUEIROZ, Paulo de Souza. Do caráter subsidiário do direito penal. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FUNDAMENTOS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**CARGA HORÁRIA:** 60 h

EMENTA: Noções introdutórias de direito processuais. Sistemas processuais penais. Organização Judiciária. Princípios constitucionais e infraconstitucionais no processo penal. Princípios processuais penais e direitos fundamentais do acusado. Noções. Denominação. Conceito. Objeto. Fontes. Evolução histórica. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Inquérito Policial. O processo: interrogatório, vítima, testemunhas, documentos, perícias, indícios e reconhecimento. Prova.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVIM, José Eduardo C. Elementos de Teoria Geral do Processo. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 23ª ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

CINTRA, Antonio Carlos Araujo. DINAMARCO, Cândido Rangel. GRINOVER, Ada Pellegrini. Teoria Geral do Processo. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. Processo Penal Simplificado - Col. Direito Simplificado. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 15ª ed. São Paulo: Saraiva. 2016

TOURINHO FILHO; Fernando Costa. Manual de Processo Penal. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GERENCIAMENTO DE CRISE**CARGA HORÁRIA:** 60h

EMENTA: Conceitos básicos de crise. Fases do sequestro. Planejamento em situação de crise. Critério da ação. Negociação. Técnicas de abordagens de segurança. Intervenção em contexto de autoridade. Grade de avaliação de uma intervenção. Uso legal da força. Armas menos letais. Processo de resolução de problema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Roberto Zapotoczny. Gerenciamento de Crises em Segurança Empresarial e Sequestro. São Paulo. Ciência Moderna. 2008.

MONTEIRO, Roberto das Chagas. Manual de gerenciamento de crises da Polícia Federal. 3ª ed. Brasília. 1997.

DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. Radiografia do Sequestro. Editora Ícone. 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WILTEMBURG, Pontes. **Aprendendo a Gerenciar Crises**. Salvador, Editora Ícone. 1996.

WATANABE, Paulo. **Gerenciamento de crises**. Brasília: Departamento de Polícia Federal, 1991.

MATOS, Francisco Gomes de. **Administração do conflito**: desenvolvimento gerencial permanente à distância. Rio de Janeiro: Cedeg, 1983.

BARBEIRO, Heródoto. Mídia Training. **Como usar a imprensa a seu favor**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ESTÁGIO II

CARGA HORÁRIA: 90 h

Créditos: 1 teórico e 5 práticos

EMENTA: Estágio a ser desenvolvido na Polícia Militar.

Atividades na Polícia Militar:

PREPARAÇÃO (6 horas): Aulas expositivas: Explicação do Estágio, objetivos, desenvolvimento, legislação pertinente, mandatos e responsabilidades do aluno.

SENSIBILIZAÇÃO (6 horas): Sensibilização sobre os locais profissionais: Atitudes e comportamentos a serem adotados como estagiário, cultura organizacional, hábitos de trabalho, a deontologia e a ética profissional.

OBSEVAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (20 horas):

- Patrulha básica e atividades especializadas;
- Operações planejadas;
- Intervenções específicas e particulares.

INTERVENÇÃO DE PRIMEIRO NÍVEL (45 horas): Sempre sob a supervisão hierárquica de um monitor policial:

Tipos de atividades e de intervenções:

- Serviço de ordem: parada, festas, manifestações e outros.]
- Serviço de guarda: Edifício, indivíduos, locais particulares e detenção de indivíduos;
- Tráfego: proteção dos pedestres e horas de grande circulação.
- Recepção aos cidadãos: nos postos fixos ou *traillers*.
- Serviços de patrulha: Participar de patrulhas como observador.

RETROAÇÃO (13 horas): Retroação sobre atitudes e comportamentos do estagiário em grupo de discussão, tempo dedicado pelo aluno para elaboração de diário e encontro individual com o professor orientador responsável pelo estágio e elaboração de relatório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- _____. **Estágio de estudantes** - Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008.
- _____. **Estatuto da Polícia Militar e Bombeiro Militar** – Lei Complementar nº 194/12.
- _____. Lei Complementar nº 051 de 28 de dezembro de 2001.
- _____. Lei Complementar nº 081 de 10 de novembro de 2004.
- _____. **Regulamento Disciplinar da PMRR** – Decreto nº 158 de 11 de agosto de 1981.

5º SEMESTRE

DIREITO PENAL III – PARTE ESPECIAL E LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Teoria geral da parte especial. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra os costumes. Crimes contra a Liberdade Sexual. Crimes contra a Administração Pública. Contravenções penais. Aspectos fundamentais pertinentes a outras leis penais especiais: tóxicos, abuso de autoridade, lei dos crimes hediondos, lei de tortura, terrorismo. Interceptação telefônica e crime organizado. Crimes previstos nas seguintes leis especiais: Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso. O ato infracional e os direitos individuais do adolescente. Medias socioeducativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2003. 3v.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Anotado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PRADO, Luis Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. Parte Geral. 5 Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, 3v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TAVARES, José de Faria. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal**. Parte Especial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

SEGURANÇA NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Segurança das pessoas e do patrimônio: segurança e custódia dos presos. Sistemas de controle dos presos. Sistema de controle de acesso. Situações de risco nas construções e nos sistemas. Segurança nos sistemas e nas rotinas dos serviços. Segurança

física de instalações. Uso de tecnologias para a Segurança Pública. Técnicas de emprego de armamento letal e não letal. Legislação de armas. Defesa pessoal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORIM, Carlos. **CV-PCC**. A irmandade do crime. São Paulo: Editora Record, 2003.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Portaria interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010**.

WACQUANT, Loic. **Prisões da Miséria**. Editora Zahar. Biblioteca da UERR.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERQUEIRA, C. M. N. ; DORNELLES, J. R. **A Polícia e os Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.

GOMES, R. C. **O crime organizado na visão da convenção de Palermo**. Belo Horizonte: Del Rey, 209.

PLANEJAMENTO E GESTÃO EM DEFESA CIVIL

CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Sistema de defesa civil. Conceito e classificação em desastres. Operações em defesa civil. Condicionantes relacionados com os cenários de desastres. Ações de combate a sinistros. Classificação dos danos e prejuízos. Assistência às populações afetadas. Atividades de reabilitação dos cenários. Monitoração, alerta e alarme. Avaliação de riscos. Planejamento preventivo. Planejamento de contingência. Avaliação de Danos. Decretação de Situação de Emergência e/ou Estado de Calamidade Pública. Relatórios e pareceres.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Brasil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Lei 12.608, de 10 de abril de 2012.

_____. **Política Nacional de Defesa Civil**. Lei 12.983, de 02 de junho de 2014.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Instrução Normativa 01**, de 24 de Agosto de 2012 .

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Segurança global da população**. Brasília: Ministério da integração, Secetraria Nacional de Proteção e Defesa Civil. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÃO, Ranvier Feitosa. **Incendios e Explosivos**. Campinas, Millenium. 2010.

NOGUEIRA, F.R.. **Políticas públicas municipais para gerenciamento de riscos ambientais associados a escorregamentos em áreas de ocupação subnormal**. Tese de Doutorado em Geociências e Meio Ambiente. Universidade Estadual Paulista, 2002.

TOMINAGA, Lídia Keiko; Santoro, Jair; Amaral, Rosângela do (Organizadores) **Desastres naturais: conhecer para prevenir /** Lídia Keiko Tominaga, Jair Santoro, Rosângela do Amaral (orgs.) – São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: A institucionalização dos órgãos de Proteção aos cidadãos; Segurança Pública como instrumento de garantias de direitos fundamentais;

O projeto e o processo de planejamento. A estrutura e as etapas de um projeto. Identificação de oportunidades de investimento. Os investimentos no projeto. Financiamento do projeto. Critérios quantitativos de seleção de alternativas. Risco e incerteza. Avaliação social de projetos. Plano Nacional de Segurança Pública. Projetos de Segurança Pública em nível federal, Estadual e Municipal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASAROTTO Filho, N. **Projeto de negócio: estratégias e estudos de viabilidade..** São Paulo: Atlas 2002.

CLEMENTE, A. **Projetos empresariais e públicos.** 2 ed. São Paulo: Atlas 2002.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ORTEGA, Antonio Cesar. Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento. 2ª Ed. Alínea, 2016.

LEONARDO, Secchi. Políticas Públicas, Conceitos Esquemas de Análise, Casos Práticos. Cengage, 2010.

FREITAS, A. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros.** São Paulo: Corprint, 1997.

MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos.** 2 ed. São Paulo: Atlas 2003. Resultados. 2ed. São Paulo: Atlas 2002.

OLIVEIRA, Fátima Bayma. ZOUAIN, Deborah Moraes. RUEDIGER, Marco Aurelio. RICCIO, Vicente. **Desafios da Gestão Pública de Segurança.** 1ª. ed. FGV Editora. 2009.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: Conceitos Básicos.** Florianópolis: Depto de Administração/UFSC/UAB, 2009.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Técnicas de pesquisa.** Florianópolis: Depto de Ciências Contábeis/UFSC/UAB, 2007.

METODOLOGIA APLICADA A SEGURANÇA PÚBLICA - TCC I

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Métodos e técnicas de pesquisa. Pesquisa etnográfica. Elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Especificidades do projeto de pesquisa na área da Segurança Pública. O projeto da monografia. Elaboração do projeto de pesquisa da monografia final do curso de Segurança Pública. Oferecer uma visão geral das técnicas de coleta e análise de dados, visando a Compreensão do processo de investigação, e o entendimento do conjunto de procedimentos de pesquisa prática Antropológica. Etnografia, observação e descrição; organização dos dados. Aspectos técnicos e éticos da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUER, Martin W. e Geroge GASKELL, **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASAROTTO Filho, N. **Projeto de negócio: estratégias e estudos de viabilidade**.. São Paulo: Atlas 2002.

CLEMENTE, Ademir. **Projetos empresariais e públicos**. 3ª ed. São Paulo. Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos**. 2 ed. São Paulo: Atlas 2003. Resultados. 2ed. São Paulo: Atlas 2002.

RICCIO, Vicente. **Desafios da Gestão Pública de Segurança**. 1ª. ed. FGV Editora. 2009.

ESTÁGIO III

CARGA HORÁRIA: 90 h

Créditos: 1 teórico e 5 práticos

EMENTA: Estágio a ser desenvolvido na Polícia Civil

Atividades na Polícia Civil:

PREPARAÇÃO (6 horas): Aulas expositivas: Explicação do Estágio, objetivos, desenvolvimento, legislação pertinente, mandatos e responsabilidades do aluno.

SENSIBILIZAÇÃO (6 horas): Sensibilização sobre os locais profissionais: Atitudes e comportamentos a serem adotados como estagiário, cultura organizacional, hábitos de trabalho, a deontologia e a ética profissional.

OBSEVAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (20 horas):

Observação das atividades operacionais nas delegacias de bairro, nas delegacias especializadas e das forças especiais.

INTERVENÇÃO DE PRIMEIRO NÍVEL (45 horas): Sempre sob a supervisão hierárquica de um monitor policial:

Tipos de atividades e de intervenções:

- Acompanhamento de atividades dos agentes e chefes de operação nos lugares de eventos.
- Proteção de cenas de crime.
- Assistência aos esboços de cena.
- Assistência (observação) aos trabalhos de escrivão.
- Assistência aos inquéritos de diferentes tipos.
- Recepção dos cidadãos nas delegacias de bairro e nas especializadas.
- Guarda de pessoas encarceradas.
- Estudo e compreensão jurídica da decisão do delegado.

RETROAÇÃO (13 horas): Retroação sobre atitudes e comportamentos do estagiário em grupo de discussão, tempo dedicado pelo aluno para elaboração de diário e encontro individual com o professor orientador responsável pelo estágio e elaboração de relatório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

_____. **Estágio de estudantes** - Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008.

_____. **Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Roraima** - Lei Complementar n. 055 de 31 de dezembro de 2001.

VIOLA, João Paulo. **Manual de Investigação Criminal**. [s. l]. Líder. 2005.

GARCIA, Ismar Etulano. **Criminalística**, Editora AB. Biblioteca UERR.

JOBIM, Luis Fernando. **Identificação Humana**. Editora Millennium. Biblioteca UERR.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

TOURINHO FILHO; Fernando Costa. **Manual de Processo Penal**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

6º semestre

SEGURANÇA NO TRÂNSITO

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Conceitos e definições de termos apropriados à segurança de trânsito. Código de Trânsito Brasileiro. O Trânsito e a violência urbana.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997** – Institui o Código de Trânsito Brasileiro – Brasília, 1997.

NEGRINI NETO, Osvaldo. **Dinâmica de Acidentes de Trânsito**. Ed. Millennium. Biblioteca UERR.

Reformulação do projeto aprovada pelo Parecer nº. 003/2017, Resolução nº. 003 de 01/02/2017, publicada no DOE nº. 2936 de 02/02/2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **Manual de Segurança de Trânsito/Departamento Nacional de Trânsito** – Brasília: Denatran, 1984

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **Segurança de Trânsito: Direção Defensiva/Departamento Nacional de Trânsito** – Brasília: Denatran, 1984.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **Manual de Policiamento e Fiscalização de Trânsito/Departamento Nacional de Trânsito** – Brasília: Denatran, 1988.

CRIMES TRANSNACIONAIS

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Crime Transnacional: Conceito. Convenção de Palermo. Organizações Criminosas. Mercados Ilícitos Globais e Segurança. Tráfico humano, crimes cibernéticos, armas e órgãos humanos. O Mercado de Drogas Ilícitas. A Economia Política das Drogas na América Latina. Modelos de análise do crime organizado transnacional. O Controle do Crime Transnacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGOZINO, Adalberto C.: Crime Organizado Transnacional. Bs. As. Ed. Dosyuna. 2011.

CASTALDO, Andrea R. La criminalidad organizada en Italia: la respuesta normativa y los problemas de la praxis. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 7, n. 27, p. 11-19, jul./set. 1999.

CASTANHEIRA, Beatriz Rizzo. Organizações criminosas no direito penal brasileiro: o estado de prevenção e o princípio da legalidade estrita. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 5, n. 24, p. 99-124, out./dez. 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Luiz Carlos Rodrigues. Vitimologia e crime organizado. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 4, n. 16, p. 252-259, out./dez. 1996.

GOMES, Luiz Flávio, CERVINI, Raul. Crime organizado: enfoques criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal. 2. ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

DIREITO ADMINISTRATIVO

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Atividades e funções do Estado. O direito administrativo: sua posição, fontes, conceito e sua codificação. Sujeitos de direito administrativo. Pessoas administrativas. A administração pública. Teoria geral do serviço público. Poder de polícia. Agentes

administrativos. Responsabilidade do Estado pelos atos de seus agentes. Perspectivas do direito administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. 29ª ed. São Paulo: Forense, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ABORDAGEM SOCIOPSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA E DO CRIME

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: A sociologia da violência aborda questões voltadas a dinâmica da violência, e suas relação às estruturas e processos, considerando as alteridades culturais de cada sociedade moderna e a expansão do Estado. A disciplina pretende que o acadêmico Compreenda o fenômeno da violência e do crime a partir de uma prévia visão do homem e da sociedade, vislumbrando o predomínio dos elementos sociais e situacionais sobre a personalidade. Além de Discutir as variáveis e os pressupostos dos diferentes modelos teóricos que abordam a violência e os eventos do crime, bem como as formas de intervenção nas ações de Segurança Pública, e reflita sobre os fatores e situações inerentes à violência e à criminalidade, de acordo com o espaço público de sua atuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMERICAS WATCH, 1993. **Violência policial urbana no Brasil: mortes e tortura pela polícia em São Paulo e no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, 1987-1992.** São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/ Universidade de São Paulo. Relatório de Pesquisa.

ADORNO, S. F. **Criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático.** Rio de Janeiro: BIB, 1993.

AMADOR, F. S. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2002.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC a irmandade do crime.** 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ATHAYDE, Celso; BILL, M. W.; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BARCELLOS, Caco. Rota 66. **A história da polícia que mata**. 8. ed. São Paulo: Globo, 1992.

BRETAS, Marcos. **A guerra das ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1997.

_____. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro:Rocco. 1997.

BEZERRA, J. L. **Os impasses da cidadania: infância e adolescência no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

BRENNER, Charles. **Noções básicas de Psicanálise: introdução à Psicologia Psicanalítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

DIREITO AGRÁRIO

CARGA HORÁRIA: 30 h

EMENTA: Objeto, autonomia e fontes do Direito Agrário. Institutos jurídicos agrários. Reforma agrária. Institutos básicos. Imóvel Rural. Contratos agrários. Posse agrária. Usucapião Especial. Zoneamento e Cadastro. Colonização. Tributação da Terra. Legitimação de Posse. Assistência à Economia Rural. Cooperativismo. Crédito Rural. Política Agrícola. Contratos Agrários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo**. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. 29ª ed. São Paulo: Forense, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIREITO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA: 30h

Reformulação do projeto aprovada pelo Parecer nº. 003/2017, Resolução nº. 003 de 01/02/2017, publicada no DOE nº. 2936 de 02/02/2017.

EMENTA: Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Eco desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Teoria geral do direito ambiental. Conceito. Fontes. Princípios. Campos de avaliação. O direito e os recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. As conferências internacionais sobre o meio ambiente e ecologia. O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Estudo de impacto ambiental. Meio ambiente urbano. Proteção jurídica de diversidades biológicas. Crimes ambientais. Políticas energéticas e meio ambiente. Terras indígenas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 18^a ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 16^a ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LISBOA, Roberto Sinise. Contratos difusos e coletivos. 4^a ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Rodolfo de Medeiros. Manual Direito Ambiental. 1^a ed. São Paulo: CL Edjur, 2012.

FARINHA, Renato. Direito Ambiental. 1^a ed. São Paulo: CL Edjur, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 24^a São Paulo: Editora Malheiros, 2016.

ESTÁGIO IV

CARGA HORÁRIA: 90 h

Créditos: 1 teórico e 5 práticos

EMENTA: Estágio a ser desenvolvido no Sistema Prisional.

Atividades Operacionais:

PREPARAÇÃO (6 horas): Aulas expositivas: Explicação do Estágio, objetivos, desenvolvimento, legislação pertinente, mandatos e responsabilidades do aluno. Preparação ao meio carcerário.

SENSIBILIZAÇÃO (6 horas): Sensibilização sobre os espaços da prisão pública e do meio penitenciário:

- Ao trabalho das equipes de vigilância (segurança) e das equipes de tratamento (Reinserção social).
- Aos cotidiano carcerário.

OBSEVAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (20 horas):

Observação das atividades operacionais: guarda, segurança, agente de correção, equipe de instrução, equipe de apoio, equipe de tratamento, assistência social, educação e saúde.

INTERVENÇÃO DE PRIMEIRO NÍVEL (45 horas): Sempre sob a supervisão hierárquica de um monitor policial:

Tipos de atividades e de intervenções:

- Assistência aos interventores em matéria de segurança externa, segurança interna e vigilância.
- Assistência ao pessoal às equipes de instrução e de apoio.
- Assistência à equipe de tratamento (psicólogo e assistente social).
- Estudo comparado entre a Lei de Execuções Penais e a realidade vivenciada no Sistema Prisional.

RETROAÇÃO (13 horas): Retroação sobre as sensações, sentimentos, dificuldades encontradas e compreensão do meio carcerário em grupo de discussão, tempo dedicado pelo aluno para elaboração de diário e encontro individual com o professor orientador responsável pelo estágio e elaboração de relatório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

_____. **Estágio de estudantes** - Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008.

_____. **Lei de Execução Penal** – Lei n 7.210 de 11 de julho de 1984

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

TOURINHO FILHO; Fernando Costa. **Manual de Processo Penal**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 2004. 2v.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal – Parte Especial – Volume II**. São Paulo. Atlas. 2006.

7º SEMESTRE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC II

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Elaboração de um artigo para conclusão do bacharelado na área da Segurança Pública, diretamente relacionado aos Tópicos Emergentes da Segurança Pública atuais, como violência contra crianças, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, indígenas e minorias, frente às mudanças decorrentes do contexto social global que implicam em novas interpretações, paradigmas e ações referentes ao enfrentamento do crime, da violência e dos conflitos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUER, Martin W. e Geroge GASKELL, **Pesquisa Qualitativa com texto**,

Reformulação do projeto aprovada pelo Parecer nº. 003/2017, Resolução nº. 003 de 01/02/2017, publicada no DOE nº. 2936 de 02/02/2017.

imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASAROTTO Filho, N. **Projeto de negócio: estratégias e estudos de viabilidade.** São Paulo: Atlas 2002.

CLEMENTE, Ademir. **Projetos empresariais e públicos.** 3ª ed. São Paulo. Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos.** 2 ed. São Paulo: Atlas 2003. Resultados. 2ed. São Paulo: Atlas 2002.

RICCIO, Vicente. **Desafios da Gestão Pública de Segurança.** 1ª. ed. FGV Editora. 2009.

TÓPICOS EMERGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Estudo de temas atuais da Segurança Pública, como violência contra crianças, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, indígenas e minorias, frente às mudanças decorrentes do contexto social global que implicam em novas interpretações, paradigmas e ações referentes ao enfrentamento do crime, da violência e dos conflitos sociais. O desenvolvimento de conhecimento diversificado sobre os novos direitos introduzidos no ordenamento jurídico e suas relações com a realidade social. A atualização das discussões sobre diferentes instituições de segurança e políticas públicas voltadas à Segurança Pública e sua aplicabilidade no contexto regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, Pedro. O novo estatuto dos povos indígenas – Inovações. Políticas públicas de proteção e promoção dos povos indígenas. Brasília-DF. Escola da Advocacia-Geral da União, 02 dez. 2009. Palestra transmitida pela TV Escola. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/escola>>.

BARROS, Flávio Monteiro de Crimes contra a Dignidade Sexual. Araçatuba, Ed. MB, 2010.

BELFORT, LUCIA FERNANDA INÁCIA. A proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, em face da convenção sobre diversidade biológica. Dissertação Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GRECO, Alessandra Orcesi Pedro; RASSI, João Daniel. Crimes Contra a Dignidade Sexual. São Paulo, Ed. Atlas, 2010.

O Deficiente No Discurso Da Legislação, de Reinoldo Marquezan (Papirus, 2009)

TARTUCE, Flávio. Alterações do Código Civil pela Lei 13.146/2015 (Estatuto a Pessoa com Deficiência).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.

FRANCO, Paulo Alves. **Estatuto do Idoso Anotado.** São Paulo: Editora de Direito, 2004.

A Lei Maria da Penha já está em vigor CONTEE, 2007

BRASIL. Constituição (1988).Constituição da República Federativa do Brasil.Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Código (1940).Código Penal.Brasília: Decreto-Lei, 1940.

LIBRAS

CARGA HORÁRIA: 30 h

EMENTA: Fundamentação histórica, filosófica e cultural da Educação de Surdos no Brasil. Concepções do bilinguismo: português como segunda língua para surdos. Legislação brasileira vigente referente à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Sinais introdutórios à LIBRAS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos.** – São Paulo: Paulinas, 2006. – (Coleção pedagogia e educação).

SILVA, Ângela Carrancho da. **Ouvindo o silêncio: educação, linguagem e surdez /** Ângela Carrancho da Silva ; Armando Guimarães Nembri. – Porto Alegre: Mediação, 2008. 136 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Eulália (org).; **QUADROS,** Ronice Muller de; [et al]. **Surdez e bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2005. 104p.

15. BIBLIOGRAFIA DO PROJETO

_____ **MATRIZ CURRICULAR NACIONAL - Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública** - Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP

_____ Diretrizes Curriculares Brasília: **Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Superior/ Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior,** 26/02/ 1999.

_____ Câmara de Educação Superior. **Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais. DCN dos cursos de graduação.** Parecer 67/2003 de 11/03/2003. Brasília, 2003.

Lei Federal nº. 10.861/2004.

Lei nº 9.394/96 – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Reformulação do projeto aprovada pelo Parecer nº. 003/2017, Resolução nº. 003 de 01/02/2017, publicada no DOE nº. 2936 de 02/02/2017.

MEC. CNE. Diretrizes curriculares para o curso de graduação. <disponível em www.mec.gov.br >

MEC/CONAES. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: orientações gerais para o roteiro da auto avaliação das instituições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP, 2004.

Parecer CNE/CES n. 08/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Parecer CNE/CP nº. 009/2001.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da UERR.

PPI – Projeto Pedagógico Institucional da UERR.

Portaria MEC nº. 1.886/94.

Resolução nº. 07/2006 do Conselho Estadual de Educação.